NOTA RECOMENDATÓRIA Nº 005 /2021

A COORDENAÇÃO NÃO PENAL DO **NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO** e a COORDENAÇÃO DA **ESPECIALIZADA DE DIREITOS HUMANOS E ITINERANTE** DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, no exercício das atribuições previstas no art. 134 da Constituição Federal, no art. 4º, incisos I e II da Lei Complementar nº 80/1994 (Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública) e no art. 7º, XIV, da Lei 26/2006 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia);

CONSIDERANDO a necessidade da uniformização de entendimentos para melhor atuação dos membros da Instituição, em âmbito estadual, amparada no Princípio da Unicidade Institucional;

CONSIDERANDO as previsões contidas na Resolução CNJ nº 90, de 02 de março de 2021, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário que, enquanto perdurar a pandemia de Covid-19, que seja avaliado com cautela o deferimento de tutela de urgência que tenha por objeto a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais, sobretudo nas hipóteses que envolvam pessoas em estado de vulnerabilidade social e econômica;

CONSIDERANDO a decisão veiculada em sede de Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 em que restou determinada a suspensão, por 06 (seis) meses, da remoção de ocupações coletivas instaladas antes do início da pandemia;

CONSIDERANDO a reunião realizada com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com a participação da Defensoria Pública do Estado da Bahia, em 11 de junho de 2021, em que teve por encaminhamento que, na eventualidade de descumprimento da Recomendação do CNJ nº 90/2021, e da Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 do Supremo Tribunal Federal, os casos deverão ser informados às Corregedorias das Comarcas do Interior.

RESOLVE encaminhar a seguinte recomendação a Vossas Excelências:

1. O Defensor Público e a Defensora Pública que identificar casos em que ocorra o descumprimento da Recomendação do CNJ nº 90/2021, e da Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 do Supremo Tribunal Federal, deverão informar ao Núcleo de Integração da Defensoria Pública do Estado da Bahia para fins de serem repassados às Corregedorias das Comarcas do Interior.

2. O Defensor Público e a Defensora Pública que verificar as situações acima nominadas deverão formalizar através do e-mail nucleodeintegracao@defensoria.ba.def.br, informando o número do processo e as circunstâncias em que se deu o descumprimento da Recomendação do CNJ e da Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Salvador, 19 julho de 2021.

Cristina Ulm Ferreira de Araújo

Coordenação Não Penal do Núcleo de Integração

Gil Braga de Castro Silva

Coordenação Não Penal do Núcleo de Integração

Eva dos Santos Rodrigues

Coordenação da Especializada de Direitos Humanos e Itinerante

Lívia Silva de Almeida

Coordenação da Especializada de Direitos Humanos e Itinerante